Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br



Vidas marcadas pela desigualdade

Primeira reportagem da série sobre negritude mostra como questões de raça, gênero, renda e território afetam o dia a dia de mulheres negras no DF e aponta caminhos para ampliar direitos e oportunidades para elas

» MILA FERREIRA,
» GABRIELA CIDADE*

No Mês da Consciência Negra, o **Correio** traz uma série de reportagens sobre negritude, seus desmembramentos, vivências e perspectivas em vislumbre de um futuro com mais justiça racial. Na primeira reportagem da série, o foco é a realidade das mulheres negras, que representam 29,6% da população do Distrito Federal. A nível nacional, o percentual é de 28%. Apesar de representarem uma parcela significativa da população, as disparidades raciais e de gênero ainda permeiam as trajetórias dessas mulheres.

Um dos aspectos que mais afetam essa realidade é a vulnerabilidade causada pela insuficiência de renda. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2024, entre as mulheres negras, 30,4% foram oficialmente classificadas como pessoas pobres. "Estamos falando de 18 milhões de mulheres negras. Frente a essa magnitude numérica, o governo e a sociedade precisam atuar para garantir dignidade a essas mulheres e também a suas famílias. Estamos em dívida", destaca a historiadora, pesquisadora de relações étnico/raciais, fundadora e Conselheira do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdade Racial (CEDRA), Wania Sant'Anna.

A luta contra a discriminação faz parte do cotidiano da educadora social e capoeirista Keila Costa Silva, 53 anos. Mãe solo e sem emprego fixo, enfrenta uma luta diária contra as desigualdades raciais e de gênero. "Sou afetada pela discriminação de todas as formas, não só pela cor. Sou moradora da Estrutural e minha região é muito discriminada. A falta de oportunidades aumenta ainda mais as desigualdades", relatou. "Somos carentes de um olhar do governo por aqui. Temos muitas potências e nenhum suporte", completa.

A capoeirista cria sozinha a filha, hoje com 17 anos, desde que a menina tinha 2. Ela contou que luta por um futuro melhor para que a filha não sofra com os reflexos das desigualdades que a atingem até hoje. "Minha filha chegou a ter bloqueio escolar por causa de um episódio de racismo que sofreu na escola. E ela ainda sofre até hoje", lamenta.

Trabalho

Keila se queixa da limitação de oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho. "Precisamos de oportunidades de emprego que não sejam só de diarista ou atendente. Queremos chances e condições de estudar, de ocupar cargos de liderança. Oportunidades precisam chegar até as mulheres negras moradoras de comunidades e até as pessoas que vivem na periferia", afirma. "Muitas vezes, a mulher negra tem as qualificações necessárias para cargos de chefia, mas não são escolhidas por uma questão discriminatória. Contratantes reconhecem as minhas credenciais, mas não me contratam para posições de liderança", relembra Keila.

"Trabalhadores negros, historicamente, recebem rendimento médio significativamente menor do que trabalhadores brancos. A diferença costuma girar em torno de 30% a 40% a menos, dependendo do ano e da metodologia. Mulheres, em geral, recebem menos do que homens em ocupações similares, mesmo com escolaridade igual ou superior. Mulheres negras costumam aparecer no extremo inferior da pirâmide de renda", frisa Jadson Xavier, economista e especialista em Políticas Sociais Brasileiras.

"Outros indicadores que reforçam o quadro são a taxa de desemprego mais alta entre mulheres negras, maior informalidade, menor presença em cargos de liderança e em setores de maior remuneração, menor acesso a herança e patrimônio acumulado", elenca o especialista. "É preciso investir em educação e qualificação, ampliando o acesso à educação técnica e superior de qualidade para populações negras, especialmente mulheres. É preciso, também, investir em políticas de cuidado e primeira infância. Creches públicas e licença parental mais equilibrada entre os gêneros reduzem a 'penalidade da maternidade'", acrescenta Jadson.

Desafios

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa do Distrito Federal (IPE-DF), de 2024, mulheres negras ocupavam 70,6% da população feminina no estrato socioeconômico mais baixo. A antropóloga e pesquisadora de migrações, memórias e relações raciais Ana Clara Damásio explica que esses dados revelam articulações entre raça, gênero e classe na criação de desigualdades. "Estamos falando de mulheres com trajetórias, idades, origens, condições econômicas, trajetórias de escolarização e relações com o território bastante diferentes. Uma mulher negra que vive no Plano Piloto não experimenta Brasília da mesma maneira que uma mulher negra que mora em Ceilândia, Sol Nascente, Samambaia ou nas regiões administrativas mais distantes do centro político e econômico da capital", afirma Ana Clara.

A pedagoga e estudante de direito Naiara Ramos, 31, percebe essas condições em sua própria vida. Dificuldades no mercado de trabalho, com poucas oportunidades e reconhecimento profissional, desafios no acesso à saúde e uma rotina puxada e exigente, conciliando estudos e trabalho, são realidade em sua trajetória. "Já passei por situações nas quais me senti desvalorizada e questionei: por que ainda precisamos provar nossa capacidade por sermos mulheres negras?", indaga a moradora do Varjão, ao relembrar situações de descriminação que passou em processos seletivos ao procurar por um novo emprego.

Naiara foi recepcionista em uma academia por 11 anos. Lá, viveu uma situação que lamenta profundamente. "É muito triste saber que ainda existem pessoas que se sentem à vontade para fazer comentários sobre a cor de alguém", expõe. Ela se refere a um cliente branco que se referiu a ela como "descendente de africanos, de África", em tom de deboche. Ela chamou a atenção dele e pediu que a chamasse pelo nome.

A antropóloga aponta que situações como essa, vivida pela pedagoga, não são incomuns. Ana Clara explica que o racismo não se manifesta apenas em episódios explícitos de discriminação. Ele também está presente nas relações aparentemente banais. Abordagens, constrangimentos, desconfianças e formas desiguais pelas quais as pessoas são reconhecidas e tratadas. "Muitas vezes, o racismo que se manifesta de maneira dissimulada é negado socialmente e encontra formas de se reproduzir, mesmo quando as pessoas e as instituições afirmam não serem racistas. Seus impactos, no entanto, são bastante concretos", afirma.

A irmã de Naiara, Emilly Thaynara Ramos, 26, é confeiteira e diarista. Ela mora com o marido e dois filhos no Itapoã. Usuária de transporte público, Emilly gasta cerca de 2h30 por dia dentro do ônibus, se locomovendo pela cidade. Sua rotina envolve as 8h de serviço por dia e, no fim de semana, suas encomendas de doces, o cuidado com os filhos e estudos para concurso.

"Essa organização do tempo revela desigualdades de raça, gênero, classe e território. No DF, onde as distâncias entre as regiões administrativas e os locais de trabalho podem ser enormes, o deslocamento também produz desgaste físico e emocional", analisa a historiadora e pesquisadora da UnB Marjorie Chaves.

Emilly percebe as estruturas racistas e seus impactos em sua própria vida. "A desigualdade racial e de gênero me afeta principalmente nas oportunidades de trabalho, no respeito e na forma como a mulher negra é tratada. Muitas vezes precisamos nos esforçar mais para conseguir as mesmas oportunidades e ainda enfrentamos preconceitos", constata.

Beneficiária do Bolsa Família, a confeiteira e diarista exalta o quanto o programa foi importante em sua vida, buscando independência financeira. "Já passei por dificuldades financeiras e sei o quanto é difícil viver com recursos limitados, principalmente tendo filhos e uma família para cuidar."

A historiadora pontua que o Bolsa Família, assim como o SUS, são conquistas fundamentais da sociedade brasileira, que materializam direitos sociais e contribuem para o enfrentamento das desigualdades raciais, sociais e econômicas. "Para muitas mulheres negras, essas políticas representam a possibilidade concreta de garantir alimentação, acesso à saúde e condições mais dignas de vida para suas famílias", aponta Marjorie.

Futuro

A antropóloga Ana Clara Damásio observa, no entanto, que não se deve olhar para essas mulheres a partir apenas de uma narrativa de vulnerabilidade e precarização. O reconhecimento de suas histórias, formas de organização, redes de solidariedade, estratégias, cuidado e produções culturais e intelectuais devem ser reconhecidas. "O racismo e o sexismo produzem vivências específicas para as mulheres negras na sociedade brasileira. Caracterizá-las exige reconhecer tanto as desigualdades estruturais quanto a diversidade de suas experiências e a capacidade de produzir outros caminhos de existência", diz.

O futuro que as especialistas veem como caminho não é feito de exceções, mas de garantias. "O desafio é construir uma sociedade na qual as mulheres negras não precisem mobilizar um esforço extraordinário para acessar direitos que deveriam ser garantidos a todas as pessoas", resume Ana Clara. Uma sociedade, completa ela, na qual viver, envelhecer, estudar, produzir conhecimento, descansar e construir uma família não sejam privilégios, mas garantias de vida.

***Estagiária sob supervisão de Eduardo Pinho**

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



As irmãs Naiara (em pé) e Emilly Ramos dividem histórias de discriminação e luta: "Precisamos nos esforçar mais para conseguir as mesmas oportunidades e ainda enfrentamos preconceito"

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Keila Costa Silva reclama da limitação de oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho

Palavra de especialista

Não nascemos só para resistir

Arquivo Pessoal



LARISSA GUEDES, advogada e mestra em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flasco)

Um dos principais desafios de ser uma mulher negra no Brasil é ter que resistir o tempo inteiro para combater uma estrutura que não foi criada por nós e tem origem no racismo e no machismo. Além disso, há o desafio de combater uma desigualdade social que, historicamente, nos coloca em posições de vulnerabilidade. Essa estrutura que nos oprime está na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, na remuneração, nas oportunidades de crescimento profissional, na violência, no acesso à saúde e na possibilidade de ocupar espaço de poder e decisão.

A dificuldade não está só em ocupar determinadas posições, mas na dificuldade em permanecer nesses espaços, de ser respeitada e de ter a capacidade reconhecida. É fundamental compreender que existe uma distância entre ter um direito reconhecido na legislação e conseguir acessar esse direito na vida real. O Brasil tem um conjunto muito importante de garantias legais, mas a existência da lei por si só não acaba com as desigualdades. É fundamental que os direitos cheguem às pessoas, especialmente àquelas que, historicamente, tiveram menos acesso à proteção do Estado.

A sociedade naturalizou a sobrecarga das mulheres negras. Há uma expectativa real de que a gente seja forte o tempo inteiro, de que a gente consiga dar conta de tudo. Além de trabalhar para sustentar a família, temos que ter forças para enfrentar o racismo e o machismo cotidiano. A mulher negra não nasceu só para resistir. Resistência não pode ser a única possibilidade da nossa existência.

São necessárias políticas públicas que enfrentem, efetivamente, o racismo e as desigualdades de gênero. Isso passa por educação, saúde, trabalho digno, autonomia econômica, acesso à justiça, enfrentamento à violência e políticas de cuidado. Não basta formular as políticas, é preciso garantir orçamento, continuidade e mecanismos para acompanhar se elas estão, de fato, produzindo resultados para a sociedade.

É preciso garantir que as mulheres negras participem de espaços de decisão. Nós precisamos estar onde as prioridades são definidas, os recursos são distribuídos e as decisões são tomadas. A nossa pauta não pode ficar restrita somente ao mês de novembro. É preciso rever comportamentos, práticas institucionais e relações de poder que reproduzem desigualdades todos os dias.